ATA DA 80° REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2000, sob a presidência do Capitão-de-Mar-e-Guerra, Francisco Haranaka, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos Conselheiros Osiris Stenghel Guimarães, Luiz Ivan de Vasconcellos, Carlos Roberto Frísoli, José Silvio Gori, Carlos Alberto Silveira Calvo, Airton Galinari, Pedro Antônio Bueno de Camargo, José Carlos Gomes Carvalho, José Roberto Almeida Corrêa, João Gilberto Cominese Freire, Júlio Monteiro de Souza, Dicezar Santiago de Souza, Alceu Alves, José Maria Gonçalves, Antônio Carlos Bonzato e Maria do Socorro de Oliveira e convidados: Décio Antônio Luiz, Presidente da Paranaguá Pilots (Praticagem), Alex Canziani, Deputado Federal, Coordenador do PSDB - PR e Cesar Silvestre, Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa do Paraná. Abertura da Reunião: o Sr. Presidente fez a abertura dando as boas-vindas aos Senhores Conselheiros e convidados aos quais agradeceu a presença. Em seguida passou a palavra ao Comandante Décio Antônio Luiz para fazer uma apresentação sobre segurança da navegação e a situação do Canal de Acesso ao Porto de Paranaguá. O Comandante Décio referiu-se inicialmente ao Associação Brasileira de Normas Técnicas, depois, usando transparências, demonstrou o resultado de sondagens feitas e reconhecidas pela DHN no Canal de Acesso que, em 24/11/98, apresentava profundidade de 15 metros para cima. Um ano depois, 03/12/99, houve um avanço do assoreamento e as posições anteriores de 15 metros ficaram reduzidas, constatando-se que a área mais crítica situou-se nas bóias 3 e 4. Em abril deste ano, novas sondagens demonstraram novo avanço do assoreamento na borda sul e a constatação é que, em média, o canal de acesso está assoreando 10 centímetros por mês revelando a posição mais grave na área da boia 4 A. Considera que a situação otimista do calado, hoje, é de 11,36 metros e a pessimista de 10,45 metros. Sobre balizamento disse que o trabalho vêm sendo realizado de forma correta e enfatizou que, segurança e agilização da operação junto ao cais, são necessárias mais defensas e melhor iluminação; depois comentou sobre os cabeços considerados antigos e que, na linguagem marítima, deixam os cabos mordidos nos casos dos navios que vão atracar e nos cabos dos navios atracados. Disse, ao encerrar, que a Praticagem tem feito todo o esforço para colaborar com os objetivos da APPA de agilizar a operação. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães, em aparte, informou que recebeu da empresa Bandeirantes a informação de que até 05/08 próximo irá mobilizar a draga Recreio dos Bandeirantes de 1.300 metros cúbicos para a dragagem da Bacia de Evolução, do Cais de Inflamáveis e da Área Bravo Dois (mais crítica) e que está negociando afretamento de uma draga para o início da dragagem referente a Barra da Galheta e Área Bravo Um. O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli voltou a lembrar que o Fundo de Dragagem só tem recursos para este ano e o Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães acrescentou que o mesmo problema existe para a recuperação dos cabeços e a compra de defensas. No encerramento da apresentação o Sr. Presidente agradeceu ao Comandante Décio por sua participação. Em seguida historiou as razões do convite aos Deputados Alex Canziani, Deputado Federal e Coordenador do PSDB e Cesar Silvestre, Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Orçamento da

apresentando pauta correspondente. Oficio 22/2000-CAP-PR de 27/06/00 encaminhando à APPA o Regulamento de Acesso de Pessoas e Veículos nas Áreas dos Portos Organizados, aprovado na última Reunião do Conselho. Oficio 23/2000-CAP-PR de 03/07/00 encaminhado à APPA contendo as indicações dos membros do CAP para compor o Conselho de Qualidade da Comunidade Portuária - CQCP. Oficio 24/2000-CAP -PR de 18/07/00 ao Sr. Wildjan da Fonseca Magno, Secretário de Transportes Aquaviários encaminhando cópia da Ata nº 78 e o Mapa Geral dos Arrendamentos nos Portos de Paranaguá e Antonina. Oficio 25/2000-CAP-PR de 20/07/00 encaminhado ao Sr. Décio Antônio Luiz, convidando-o a participar da Reunião desta data e fazer uma apresentação sobre as questões relativas a Dragagem. Resoluções: Foi emitida a Resolução nº 05/2000 de 27/06/2000 aprovando o regulamento de Acesso às Áreas do Cais já distribuída aos senhores Conselheiros. Comercial, **CORRESPONDÊNCIA** RECEBIDA: Oficio-Circular nº 20/2000-STA, de 21/06/2000, convidando o Sr. Presidente do CAP a participar do Seminário sobre "Gestão Ambiental Portuária", em Brasília, no dia 14/07/2000, promovido pelo Ministério dos Transportes. Cópia da carta da Cargill de 03 de julho de 2000 dirigida ao Sr. Paulo Sérgio Murta, Coordenador da Comissão Local do PROHAGE, referindo-se a problemas ocorridos na fumigação de cargas nos embarques no Corredor de Exportação. Correspondência da Sadia S/A, de 12/07/2000 comunicando o desligamento do Sr. Eli Nilson da Silva. Cópia do Fax nº 01500-DG de 14/07/2000, do Secretário de Estado dos Transportes, encaminhando Resolução nº 11/2000 que designa membros do CAP para compor o Conselho de Qualidade da Comunidade Portuária de Paranaguá. Cópia do Fax 155/00 de 23/07/2000 da APPA, encaminhado ao Sr. Ricardo Sudaiha, Diretor da Bandeirantes Dragagem e Construção Ltda, solicitando informações sobre a data de chegada da (s) draga (s) ao Porto de Paranaguá para realização dos serviços e cumprimento do Contrato. Oficio 215/2000 de 20/06/2000, do deputado Luiz Carlos Hauly, comunicando a impossibilidade de atender o solicitado pelo CAP, de acordo com os motivos expostos no Aviso 671 do Ministério dos Transportes com referência a alocação de recursos para a dragagem do Porto de Paranaguá. Relatório Gerencial: Carga Geral, 300.092 t, destaques para a madeira e congelados. Granél Sólido, 1695.501 t; Caminhões no Pátio, 21.914. Corredor de Exportação - Vagões Descarregados 3.147, sendo 330 de farelo e 2817 de soja. Contêineres 23.968 TEUS. Veículos: Importação, 3115, sendo 1486 Renault, 1077 Volks, 448 Chrysler e 104 AUDI. Exportação 4254 sendo 2381 Volks, 1833 Renault e 40 Chrysler. Movimento de Navios 160. Tempos de Espera, zero dia para carga geral, Fertilizantes, Full-Contêiner e Corredor. Fatos Relevantes. Divulgado o Edital de Tomadas de Preços para serviços de Batimetria. Abertura 22/08/2000; a dragagem deverá ser iniciada nos próximos 15 dias; foi proposta a prorrogação do contrato da empresa que está prestando serviço de manutenção do balizamento uma vez que o contrato termina em outubro; e em setembro/2000, será divulgada a licitação para manutenção do balizamento para rodízio de bóias. Relatório das Comissões: Ao fazer uso da palavra a Conselheira Maria do Socorro, Relatora da Comissão de Reestruturação Tarifária, disse que o resultado apresentado no Relatório reflete o trabalho da Comissão e que ele não foi fácil. Destacou que ouviu todos os segmentos do empresariado, citando a participação SINDAPAR, do SINDOP e do Centro Nacional de Navegação Transatlântica, depois destacou o trabalho de Nilson Viana na elaboração do estudo enviado ao CAP, ao Carlos Roberto Frisoli pela inestimável contribuição e a José Silvio Gori pela presença.

Conselheiro Júlio Monteiro destacou a otimização na movimentação de granéis que cresceu muito, mas que na área primária não foi feita uma otimização com vistas à modernização. Disse que a mídia destaca a industrialização do Paraná e que o Porto está habilitado a receber tudo o que o Paraná produzir. Na sua opinião o Estado deveria promover um estudo para aplicação, a médio e a longo prazo, destinado a atender o problema da infra-estrutura do município. Usando da palavra o Deputado Estadual Cesar Silvestre da Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa começou dizendo que para defender uma causa é preciso conhecê-la, motivo porque atendeu ao convite formulado pelo CAP através do Diretor Empresarial da APPA, Lourenço Fregonese. Superintendente da APPA por sua competência e visão administrativa e em seguida afirmou que a situação financeira do Estado é difícil, que o governo está sem capacidade de investimentos e lembrou que havia sido consignado no orçamento do Estado R\$ 7 milhões à APPA que não pode ser repassado, mas segundo sua avaliação, com a Lei de Responsabilidade Civil vai ser mais făcil a colocação de emendas que beneficiem o Porto em razão da necessidade delas serem cumpridas. Em seguida fez várias considerações sobre o empobrecimento do Poder Legislativo em razão do "denuncismo" que ocupa grande parte das Assembléias com a criação de CPIs etc. Depois referiu-se ao Fundo de Previdência do Estado que, viabilizado, vai permitir que o Estado possa fazer mais do que apenas atender compromissos com Pessoal. Informou que o Estado gasta com inativos 34% de seus recursos e que o crescimento nesse item é de 3 a 5% a/a. Em seguida propôsse alocar recursos no Orçamento do Estado a fim de atender, pelo menos, gastos com dragagem. Colocou-se a disposição do CAP para o que for preciso. Falou em seguida o Deputado Federal Alex Canziani que fez incursões sobre posições políticas e a sua representatividade cuja base é o norte do Paraná, região de Londrina, estranhando que o Porto não tenha um representante no que foi aparteado pela Conselheira Maria do Socorro que disse que "precisamos adotar um". Segundo o deputado a presença de 30 deputados unidos "faz chover em Brasília" e que é válido o poder de pressão quando da votação de matérias importantes. Depois considerou ser importante a participação do Governador do Estado para mobilizar a bancada paranaense. Colocou-se à disposição para "guerreiro" na defesa das causas do Porto de Paranaguá, enfatizando que o futuro se constrói e fez uma profissão de fé em favor do País e de Paranaguá, afirmando que o que fizer para o Porto não será um favor, porque o que está sendo reclamado é um direito. Propôs e foi aceito fazer uma reunião em Brasília com representantes do CAP a ser marcada com a bancada Paranaense e pressionar quando da votação do Projeto de Lei da Agência Nacional de Transportes. Na sua opinião se o CAP, através de seus representantes, for à Brasília os deputados estarão presentes. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho sugeriu e foi aprovado que a próxima Reunião Ordinária seja realizada na Assembléia Legislativa. O Deputado Alex Canziani aventou a possibilidade de trazer um curso profissionalizante para o Porto de Paranaguá a fundo perdido. A seguir o Sr. Presidente agradeceu a presença dos deputados considerando a visita extremamente produtiva aos objetivos e trabalhos do CAP no que foi seguido pelos demais Blocos. Aprovação da Ata. Foi aprovada a Ata da Reunião anterior nº 79. Operadores Portuários: Estão qualificados e com situação regular, 31 Operadores Portuários .Fundo de Dragagem em 7.354.473,78 (sete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, 30/06/2000 : R\$ quatrocentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos). CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: Comunicação aos Conselheiros — confirmando Reunião para 28/07/2000 e

Assembléia Legislativa relacionadas com a falta de recursos para a dragagem do Porto de Paranaguá. Disse que, no início do ano por sugestão do Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho, foi mandado expediente à bancada paranaense na Câmara Federal solicitando seu apoio a um pleito feito ao Ministério dos Transportes pelo CAP e Governo do Paraná de R\$ 30 milhões para atender a dragagem de manutenção do Porto, tendo o Sr. Ministro respondido da impossibilidade de atender ao reivindicado, o que aconteceu em março deste ano. Em virtude disso, foi feito o convite aos deputados presentes a fim de que o Conselho exponha o assunto e ouvir de cada deputado a sua posição. O Conselheiro José Carlos Gomes Carvalho complementou informando que, ainda no governo anterior, o porto teve de conviver com a redução do calado determinado pela Capitania dos Portos face ao alto nível de assoreamento e das poucas condições de segurança à navegação. A partir daí o CAP criou o Fundo de Dragagem que permitiu a realização da dragagem de aprofundamento e agora a de manutenção. Disse que, "nós como a sociedade civil não podemos continuar aceitando o que fazem com o Paraná" e lamentou que poucos deputados tenham se manifestado depois de receber a correspondência do CAP e que foi conversar com o Ministro dos Transportes e ele dotou R\$ 5 milhões para a estrada da Ribeira. Em seguida, fez apelo ao Deputado Federal Alex Canziani para ajudar a mudar a situação. O Conselheiro Carlos Roberto Frísoli falou dos portos beneficiados com recursos federais: para o Porto de Rio Grande foram dados R\$50 milhões, além do orçado, a correção chegou a R\$395 milhões; para o Porto de Itajaí R\$ 25 milhões; Suape que é uma Concessão Estadual mais de R\$ 400 milhões; Santos R\$ 1 bilhão e 200 milhões; Sepetiba R\$ 500 milhões e Pecen R\$ 500 milhões. Enfatizou que no Rio Grande do Sul o Governo é do PT e no entanto o Porto de Rio Grande foi aquinhoado com R\$ 395 milhões. Completou dizendo que estamos desamparados pelo Governo Federal e que, por falta de presença política Paranaguá perdeu a USINOR para Santa Catarina. Lamentou finalmente, o fato de Paranaguá não ter dinheiro para continuar fazendo a dragagem de manutenção para cinco anos. A Conselheira Maria do Socorro disse que há 15 anos o Governo Federal não destina nenhum recurso a Paranaguá e que "corremos o risco de nos tornarmos um porto desimportante". Na sua opinião só através de pressão política conseguiremos algo, por isso precisamos de apoio dos deputados presentes. O Conselheiro Pedro Antônio Bueno de Camargo disse que a falta de recursos por parte do poder público acaba fazendo com que os exportadores e importadores "paguem a conta" através do aumento tarifário e com isso diminui a competitividade de Paranaguá junto aos demais. Lamentou que por esse motivo nossas cargas emigram para os portos catarinenses. O Conselheiro Ivan de Vasconcellos disse que ouviu no Ministério dos Transportes que as duas piores bancadas de deputados são as de São Paulo e Paraná. O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli lamentou ainda a falta de apoio do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa. O Conselheiro Osiris Stenghel Guimarães enunciou as dificuldades da APPA em realizar obras, de atender futuros encargos como o Controle Ambiental e a questão do balizamento e da segurança da navegação, de saber o regime jurídico dos servidores, de acertar a dívida com o INSS. Disse que a receita portuária é de R\$70 milhões por ano e que ela só permite fazer manutenção e que foram feitas obras no Corredor de Exportação com recursos da iniciativa privada. Depois informou que a Concessão do Estado está terminando e que o governo está pedindo Delegação para continuar com o Porto e que o Governo Federal deseja esse Porto privatizado; que a APPA está com dificuldades para passar tudo para a iniciativa privada e que 90% da operação já está privatizada. O

seguida fez a leitura do Relatório embasado nos seguintes termos: 1) estabelecer regras e nova conceituação nas tarifas a serem praticadas pelos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme proposta em anexo, contendo outros pontos de destaque como: a) criação do Fundo de Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Marítima e da Operação Portuária para o Porto de Paranaguá; b) liberdade à Autoridade Portuária para estabelecer tarifas na prestação de serviços, armazenagens e locação de equipamentos, desde que não seja a única fornecedora. Estas tarifas deverão ser enviadas para conhecimento do CAP; c) definir que os reajustes tarifários deverão obedecer o critério da anualidade, vigorando a partir de 1º de janeiro de cada ano. As negociações de reajustes serão realizadas até o mês de julho do ano precedente; d) a autoridade Portuária, quando da movimentação de granéis através de seus silos próprios deverá cobrar, a partir de 1º de agosto os seguintes valores: a tarifa de Infraport será de R\$ 0,76 por tonelada movimentada e a tarifa de Movimentação de Carga será de R\$ 0,90 por tonelada; e) a atual sistemática de cobrança da Tabela Infracais será alterada das atuais R\$0,15 por hora e por metro linear de cais ocupado pela embarcação, para 0,90 por metro linear, por período de 06 horas ou fração, a partir de setembro/2000; f) a Comissão recomenda à Autoridade Portuária a realização de novos estudos sobre a aplicação dos coeficientes de correção por faixa de TDW das embarcações, para que possam posteriormente, ser reanalisados, g) os demais valores tarifários que serão praticados a partir de 1º de janeiro/2001 deverão ser aprovados na reunião do CAP, do mês de agosto. Submetido à apreciação do Plenário, o Relatório foi aprovado por unanimidade ficando acertado que os valores constantes do novo modelo tarifário, que se encontra anexo ao mesmo, deverá ser objeto de aprovação na Reunião Ordinária do mês de agosto próximo. O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire informou que o OGMO aprovou a contratação pela Universidade Federal do Paraná de um projeto para demissão voluntária de trabalhadores portuários avulsos. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a sessão e marcou a próxima para o dia 29 de agosto (a confirmar) na Assembléia Legislativa do Estado às 10:00 horas, tendo eu Ivany Marés da Costa, lavrado a presente Ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e pelos Conselheiros presentes.